

“Fixar a onda de luz”: O problema da transição das épocas históricas no conceito de helenismo em Johann Gustav Droysen

“Fixed the light wave”: the problem of historical epoch transition in the concept of Hellenism in Johann Gustav Droysen

Pedro Spinola Pereira Caldas

Professor Adjunto do Instituto de História
Universidade Federal de Uberlândia
pedro.caldas@gmail.com
Rua Armando Lombardi, 205/303
Uberlândia - MG
38408-046

Henrique Modanez de Sant’Anna*

Doutorando em História
Universidade de Brasília
henriquemodanez@gmail.com
Rua 24, número 425, apartamento 304 - Setor Central
Goiânia - GO
74030-060

Resumo

O objetivo deste artigo consiste na análise da importância da obra de Johann Gustav Droysen sobre o período helenístico para a legitimação da historiografia e sua autonomia perante a filosofia hegeliana da história. Com o fito de compreender tal papel, será essencial discutir o conceito de transição histórica.

Palavras-chave

Helenismo; Historiografia alemã; Transição.

Abstract

This paper aims to analyze the importance of Johann Gustav Droysen’s work on Hellenistic period for the legitimation of historiography and its autonomy from the hegelian’s philosophy of history. In order to understand such a role, it will be essential to discuss the concept of historical transition.

Keyword

Hellenism; German historiography; Transition.

Enviado em: 28/07/2008
Autores convidados

* Bolsista de doutorado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Introdução

Dentre suas várias possibilidades de definição, o historicismo é geralmente visto como a negação da filosofia da história que instaura o progresso como experiência fundamental do tempo. Johann Gottfried Herder já demonstra, no último quarto do século XVIII, seu ceticismo profundo com relação à idéia de um aperfeiçoamento humano acumulativo.

Esta idéia permanecerá presente em vários autores historicistas, mas não necessariamente uma crítica à filosofia da história implicará um descarte absoluto do progresso como experiência do tempo. Johann Gustav Droysen, um dos principais historiadores do século XIX, será alguém que navegará nestas duas águas. Podemos ler, em várias passagens de sua **Historik**, como a ação humana não poderia ser compreendida como fenômeno determinado por leis necessárias, sendo sempre guiada igualmente pela liberdade. Mas também podemos colher, aqui e acolá, evidentes sinais de que o sentido da vida humana encontra-se em seu devir, afinal, o homem "só é a partir da possibilidade (...) ele precisa se tornar Homem para ser homem, e ele o será somente na medida em que ele saiba como fazê-lo" (DROYSEN 1977, p.14).

Esta consciência do tempo histórico, porém, revelar-se-á como escrita, antes de conhecer as formulações teóricas apresentadas em 1857 na **Historik**. Já em sua biografia sobre Alexandre Magno, primeiro volume do que será uma trilogia sobre a história do helenismo, o problema da escrita do tempo, em diferença ao desvelamento filosófico de seu sentido, já se fazia presente na obra de Droysen. Como ele bem diria, duas décadas depois, ao historiador jamais pode escapar à consciência da transitoriedade da vida humana, e caberá à escrita histórica a tarefa de "fixar o fugaz, a onda de luz, a onda sonora" (DROYSEN 1977, p.20).

O presente artigo lidará com este problema: compreender como a escrita histórica se legitima perante o sentido filosófico por meio do conceito de helenismo em Johann Gustav Droysen. O procedimento será o seguinte: em um primeiro momento, trataremos da dificultosa definição do conceito de helenismo; no segundo passo, tentaremos pensar a própria idéia de transição no âmbito do debate intelectual entre teoria da história (um sistema racional que legitima a historiografia) e a filosofia da história (que, em tese, é possível mesmo sem a pesquisa histórica moderna). Por fim, encaminharemos como os dois problemas anteriores podem ser elaborados na forma como Droysen apresentou e compreendeu Alexandre Magno como objeto histórico, que será entendido como **totalidade relativa**, ao invés de ser uma forma de objetivação do espírito.

A espinhosa definição do conceito de Helenismo

Tentar atribuir uma forma, um contorno, uma definição ao que sabemos ser passageiro é a experiência cotidiana que subjaz à operação conceitual

inevitável a todo historiador: a periodização. Quando questionados sobre o termo “helenismo”, por exemplo, os historiadores precisam se posicionar em meio a uma série de confusões quanto aos critérios para sua definição. Embora os estudiosos freqüentemente afirmem que o período helenístico é aquele situado entre a morte de Alexandre, o Grande (323 a.C.), e o suicídio de Cleópatra (30 a.C.), não existe consenso sequer sobre se o Egito seria o último responsável pela tradição herdada do império alexandrino ou se a anexação ao império romano pode ser considerada como momento de desaparecimento – ao menos no cenário principal – da cultura helenística.

Arnaldo Momigliano chama a atenção para o fato de que, mesmo quando expandido na análise de historiadores, da condição de um período (compreendido entre a crise das *póleis* e a ascensão do poderio romano no mundo mediterrânico) para uma civilização, o helenismo continua a ser um termo pouco preciso, uma vez que podemos nos referir às adaptações militares desenvolvidas por Cartago no século III a.C., aos falantes de grego durante o império romano ou até a tradição helenística no império bizantino (cf. MOMIGLIANO, 1970: 139). Quando nos referimos, por exemplo, à tradição militar helenística, estaríamos falando apenas da cultura militar existente após a morte de Alexandre ou deveríamos incluir também os elementos anunciados mesmo antes da ascensão do filho de Filipe II ao trono macedônico?

Em outras palavras, como ignorar que os aspectos qualitativos da guerra helenística estavam disponíveis, alguns já em larga escala, mesmo antes do nascimento de Alexandre? De fato, não se pode negar (1) o alto nível de profissionalismo (entenda-se aqui profissional como mercenário) dos exércitos gregos no final do século V e início do IV (a exemplo dos Dez Mil, de Xenofonte); (2) a crescente integração tática (desdobrada na manobra envolvente de tipo macedônica, certamente inspirada no conhecimento tático de Epaminondas, demonstrado em Leuctra – 371 a.C.) e (3) a especialização cada vez maior dos comandantes (*strategoí*), processo este iniciado na revolução militar do século V a.C. e que tem na escola tática helenística seu campo empírico mais óbvio¹. Se o critério for o limite temporal, pode a idéia de helenismo ser circunscrita apenas às datas previamente estabelecidas?

A lista de perguntas sobre a dificuldade de definição do termo não encerraria por aqui, devido ao variado número de critérios concorrentes e, por vezes, conflitantes. Exatamente por isso devemos direcionar o nosso olhar para um momento decisivo na historiografia do século XIX, porque, somente assim, fazendo menção à obra de Droysen, o primeiro a empregar a palavra “helenismo” para designar o mundo de falantes de grego após a morte de Alexandre, esclareceremos qual sentido podemos dar ao termo.

¹ Estamos nos referindo aqui a seguinte escola tática: Epaminondas, Filipe II, Alexandre, Pirro, Xantipo, Amílcar e Aníbal Barca. Para maior detalhamento deste argumento, consultar **Il Guerriero, L'oplita, il Legionário**, de Giovanni Brizzi.

Mesmo nos últimos trinta anos, quando historiadores se referiram ao período helenístico, seja pelo questionamento das abordagens que o limitam aos aspectos políticos ou para tratar dos aspectos culturais da monarquia universal de Alexandre¹, somente puderam fazê-lo com referência à obra de Droysen. Este é o caso de M. M. Austin (AUSTIN 1986), em seu artigo sobre as relações entre as monarquias helenísticas e suas atividades militares e econômicas. Notadamente preocupado com a separação destes temas interdependentes por parte da historiografia, trata o helenismo a partir de Mikhail Rostovtzeff e de sua "dívida" com a obra de Droysen², indicando as influências do segundo sobre a concepção de monarquia helenística do primeiro.

Encontramos, portanto, nos estudos helenísticos posteriores a Droysen, perspectivas condicionadas pelo que foi elaborado no século XIX, ao longo de suas pesquisas acerca do mundo grego pós-Alexandre. A diferença reside no fato de que nem todos os historiadores reconhecem a interferência direta de Droysen em suas perspectivas, o que caracteriza um déficit teórico. No entanto, parece cientificamente honesto e eficaz que as dimensões de trabalho inauguradas ao helenista por Droysen sejam reconhecidas e analisadas.

A Transição como categoria teórica

91

De acordo com Momigliano (cf. MOMIGLIANO 1970, p.142), os teólogos e filósofos da Universidade de Berlim estavam, durante o século XIX, muito dispostos para a produção de idéias sobre a questão da transição, e Droysen estava motivado a estudar o período helenístico porque o via como elemento de passagem para a sociedade romana e, portanto, para o surgimento do cristianismo.

Em um excelente artigo, Göran Blix propõe a compreensão moderna de temporalidade na cultura intelectual francesa do século XIX por meio de uma consciência e representação da transitoriedade. Blix considera que, ao lado do otimismo inerente ao conceito de "modernidade", há a angústia na caracterização da mesma como transitória:

Se, por um lado, transições testemunham o dinamismo histórico, elas não são sempre vistas de maneira favorável; pelo contrário, as transições geralmente denotam um período de mudanças caóticas, formas híbridas, práticas ecléticas, uma espécie de decadência transitória. (BLIX 2006, p.54).

Blix percebe, no contexto francês, distintas posições perante a transitoriedade da vida moderna. De um lado, alguns autores (como Michelet,

² Como no caso de Claude Mossé, em sua obra "Alexandre, o Grande" (2004).

³ Um ponto importante abordado por Austin e cuja menção nos parece apropriada ao tema deste artigo é a ausência de reflexões sobre o termo "helenístico". De acordo com Austin, "o uso contínuo da palavra perpetua suposições induzidas" (AUSTIN 1986, p.450).

Flaubert, Chateaubriand) experimentavam a transição na expectativa de uma solução futura. Não era esta a sensação de outros, como Renan e Tocqueville, que já a percebiam como uma situação de constante mutação, da qual só se teria a paradoxal certeza da “insubstancialidade” e desorientação de uma época (cf. BLIX 2006, p.60-68).

Aqui é o caso de testar no mundo prussiano as informações dadas por Momigliano dentro da proposta de Göran Blix no mundo alemão. Dentro deste escopo, desconfiamos que as misturas de elementos protestantes e clássicos, fortemente alicerçados em uma metodologia científica, nos indicam que a compreensão de transição deve ultrapassar um sentido habitual, de uma crise passageira que apenas prepara um novo renascimento, um novo ápice da história humana, ou, então, o resgate de valores perdidos. Quando Droysen fala em “fixar a onda de luz”, busca identificar a transição decisiva; se toda vida humana, seja ela individual ou social, é fugaz, algumas delas haverão de se tornar determinantes. Não são eventos heróicos que imortalizam homens e culturas, mas, antes, situações históricas que tiram dos homens qualquer ilusão de que se pode viver a estabilidade com a calma e regularidade das condições naturalizadas. Certas épocas transitórias cumprem a função de romper com qualquer tentativa de cristalização da vida histórica, sendo, neste sentido, fundamentalmente *críticas*, e não *exemplares*.⁴ Desta maneira, a historiografia depura da transitoriedade e da fugacidade experiências que transformam o fluxo aleatório da vida em experiências de transição.⁵

92

Na filosofia da história de Hegel, enquanto o Espírito (*Weltgeist*) revelava-se por uma consciência progressiva de liberdade, alguns agentes extraordinários eram produzidos ocasionalmente para auxiliar neste fim. Um monarca que não podia ter suas ações públicas medidas por um padrão de moralidade privada surgia como aglomerador dos “elementos da decadência, que um período prolongado de paz estava apto a desenvolver, numa guerra crucial e purificadora”. (KNIPFING, 1921: 659). Esse quadro geral permite que observemos a valorização dada por Droysen ao período que até então havia sido considerado decadente. Em outras palavras, a ruína do universo políada como sinônimo da desgraça da civilização cedeu lugar à interpretação de Alexandre, o Grande, como arauto do *Weltgeist*.⁶

O termo “helenismo” já existia como terminologia especializada. Foi originalmente usado em At 6.1, onde *hellenistai* aparece como oposto a *hebraioi*.

⁴ Para uma boa distinção entre uma narrativa crítica e uma narrativa exemplar, ver a tipologia proposta por Jörn Rüsen em **História viva. Teoria da História III**: Formas e funções do conhecimento histórico. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007. pp. 50-62.

⁵ Os autores agradecem os comentários do Prof. Dr. Estevão de Rezende Martins sobre a necessidade de se estabelecer uma diferença conceitual entre transitoriedade e transição.

⁶ Em sua obra **Alexandre, o Grande**, a organização do exército taticamente integrado e a concentração dos povos ao norte da Grécia sob comando de Filipe II, aparecem como preparação necessária à grande missão de Alexandre, responsável por avançar o curso racional da história.

Posteriormente, no século XVIII, a exemplo de Herder, *Hellenismus* foi usado para definir o modo de pensamento dos judeus que falavam grego.⁷ A grande novidade instaurada por Droysen foi, no entanto, aplicar este termo a todas as regiões que formaram o império de Alexandre. Aqui se encontram duas faces do trabalho de Droysen que precisam ser apresentadas, na tentativa de mapear e, portanto, esclarecer o que nos parece útil e o que não interessa ao nosso recorte. Por um lado, de acordo com Momigliano “[Droysen] usou a palavra helenismo para indicar o período intermediário e transicional entre a Grécia Clássica e o Cristianismo” (MOMIGLIANO 1970, p.143). Noutras palavras, o contato dos gregos com diversas culturas orientais (não somente com o judaísmo) teria levado a uma fusão de valores e à conseqüente formação do cristianismo, visto como modelo de superação do paganismo.

Por outro lado, a extensão do que Droysen denominou *Hellenismus* a todas as regiões conquistadas por Alexandre permitiu uma ampliação no entendimento do período que até então fora visto como degeneração da civilização grega clássica. Nas palavras de Luciano Canfora, Droysen “contribuiu ao combater definitivamente a visão tradicional de helenismo, visto como uma longa fase de decadência indistinta” (CANFORA 1983, p.30). Estas são, portanto, as duas facetas que não podem ser ignoradas quando a contribuição de Droysen, em relação ao estudo do período helenístico, é avaliada: seu trabalho, sem dúvida, alargou o olhar sobre as sociedades e culturas situadas, para ele, entre a morte de Alexandre e o nascimento de Jesus, ao mesmo tempo em que fixou o aspecto “transicional” como relevante à compreensão histórica de seu tempo.

No entanto, deve estar claro que a idéia de inteligibilidade, alcançada pela mera especulação do passado, não foi um traço marcante na obra de Droysen. A tensão existente entre o “conceito e a particularidade” determina seu lugar intermediário e, portanto, trágico. O helenista alemão de fato estava preocupado tanto com a consciência da experiência humana no tempo quanto com a forma que lhe garante contornos. (cf. CALDAS 2007, p.12)

No que diz respeito à filiação de sua obra com a de Hegel, Droysen parece havê-la demonstrado em uma fase de suas pesquisas sobre a Antigüidade, a saber, até o momento em que seu interesse pelo Estado prussiano transformou a Macedônia na “Prússia da Antigüidade”. Nesse contexto, a história da Macedônia servia como campo empírico para ensinar aos prussianos como vencer militarmente e imperar. De fato, Droysen se dedicou à história da Prússia após

93

⁷ Ricardo Martinez Lacy comenta, a partir da obra do historiador austríaco Reinhold Bichler, que Droysen não foi o primeiro a usar o termo helenismo. Segundo Martinez Lacy, Bichler demonstra que no século XVII autores como Drusus e Joseph Scaliger empregavam o termo para aludirem, respectivamente, a um dialeto e judeu que usava a Bíblia grega na sinagoga. Bichler ainda dirá que Bossuet falará em uma língua helenística falada por judeus no Egito, assim como Johann Gottfried Herder também falará, em sua grande obra **Idéias para uma Filosofia da História da Humanidade**, que a mistura de elementos das culturas gregas e orientais gerará o que ele chama de “helenismo”. Mas, como diz Martinez Lacy, tudo isto não chega a surpreender, porquanto é normal que Droysen faça parte de um debate intelectualmente situado. (cf. MARTINEZ LACY 2004, p.129-130) O mérito de Droysen será, portanto, outro, de natureza conceitual e filosófica, empiricamente fundamentado.

os doze anos que dispensou ao estudo do helenismo. De acordo com Momigliano (cf. MOMIGLIANO 1970, p.145), o historiador alemão jamais deixou de lado o desejo de explicar o cristianismo em termos históricos. Mesmo imerso nos estudos sobre a política prussiana, acreditava que podia compreender o cristianismo a partir do paganismo do período helenístico, afirmando mais as relações entre a cultura grega e a cristã do que as existentes entre a última e seus precedentes no judaísmo. Essa era, mesmo diante do estudo do exército macedônio como exemplo para a unificação alemã, a característica mais marcante de sua herança hegeliana.

Noutras palavras, Droysen percebeu “o helenismo como o único caminho para o cristianismo, mas o estudou como fenômeno político” (MOMIGLIANO 1970, p.151). Esta assertiva se torna ainda mais clara quando a estrutura trágica da História aparece nas palavras de Droysen:

A civilização grega [*das Griechentum*] é a fase em que o paganismo se completa, que, por sua vez, representa o desenvolvimento mais rico da humanidade, quando esta dependeu de suas próprias forças. Sem atribuições (...) sem ter sido atrapalhada por tradições estranhas, dominada pela supremacia violenta da natureza, aprendendo a partir de si mesma e elaborando progressivamente cada forma e configuração de maneira orgânica e viva. (DROYSEN 1984, p.64)

94

Neste sentido, as duas abordagens, tanto o estudo da civilização grega em direção ao cristianismo quanto à investigação dos aspectos políticos do helenismo, embora tratem de um objeto em comum de formas diferentes, marcaram a obra do erudito alemão, e, deve ser notado, tornaram a leitura de Droysen incontornável para quem lida com tal período.

De um lado, as investigações teológicas sobre o helenismo tornaram-se, a partir dos fenômenos sincréticos nas diversas formas de religiosidade, o principal interesse de especialistas de fim do século XIX. Do outro, no calor dos sentimentos nacionalistas, Droysen redimensionou a pesquisa da história das instituições políticas, na medida em que forneceu os meios para a afirmação do valor militar precursor das nações européias, projetado nas campanhas exemplares de comandantes macedônios. E é interessante notar a presença da estrutura teológica de argumentação em Droysen. Na verdade, ela se sustenta sobre uma base já estabelecida em outros autores importantes para o pensamento alemão religioso e humanista. Ao demonstrar que a história pagã se completa com os gregos, Droysen a entende como o fim do esforço de autonomia do homem. Seria fácil confundir autonomia com liberdade no sentido moderno, mas igualmente perigoso, para não dizer equivocado. Consideramos que Droysen compreende autonomia de uma outra maneira, a saber, como um movimento espontâneo, na ilusão de ocorrer por si mesmo e de acordo com suas próprias leis. É o que Hegel chamaria de “racionalidade sem espírito”, isto

é, racionalidade natural, sem a consciência do próprio movimento.

A este respeito, devemos nos perguntar o seguinte: qual o significado de transição no ambiente cultural e filosófico de Droysen? Se consultarmos as páginas das **Preleções sobre filosofia da história**, de Hegel, encontraremos algo valioso: a descrição de Alexandre como a individualidade bela em sua efetividade, realidade (ao passo que Aquiles seria a individualidade bela na imaginação poética).⁸ A bela individualidade é: "O feliz sentimento de si perante a naturalidade sensível e a necessidade de não somente se aprazer, mas também de se mostrar (...) compõem o espírito grego. Da mesma maneira que o pássaro voa livremente, o Homem aqui se expressa (...)" (HEGEL 1999, p.296). E é esta naturalidade – que ainda impede o espírito de seu movimento de plena autodeterminação, portanto, de plena liberdade – que se mostra em Hegel como juvenil. E juventude, em Hegel, não significa "uma determinação séria que se carrega consigo e que a induz para a formação de uma finalidade posterior" (HEGEL 1999, p.275), mas sim "o concreto frescor da vida do espírito", como "espírito encarnado e sensibilidade espiritualizada" (HEGEL 1999, p.275). E será Alexandre "a individualidade mais livre e bela" (HEGEL 1999, p.276). Tal entendimento da idéia de juventude é essencial para o que pretendemos aqui: a idéia de transição não pode ser aplicada à consciência explícita do período de Alexandre, mas não pode ser deixada de lado a coesão entre espírito e natureza que Hegel nele vê.⁹

95

De um lado, o destaque dado ao helenismo por Droysen foi indiscutivelmente importante para que o período fosse compreendido para além do que era habitual no momento, ou seja, como decadência do clássico. Ele aprendeu bem a lição de Hegel. Mas a época ganharia autonomia se passasse a ser compreendida como antecessora do cristianismo?

O que está em jogo, é, portanto, o seguinte: Droysen irá apenas reescrever um capítulo da filosofia hegeliana da história? Certos indícios nos parecem fortes o suficiente, como afirma Droysen em duas cartas a Welcker, datadas de 27 de fevereiro e 01^o. de setembro de 1834: "Tomei o partido do progresso histórico, e a monarquia macedônica foi uma forma mais elevada de liberdade do que a democracia ateniense (...)" (apud. NIPPEL 2008, p.25), e complementa, dizendo-se "admirador do movimento e do avanço; minha paixão é César, e não Catão; é Alexandre, e não Demóstenes" (apud. NIPPEL 2008, p.25). Ou Droysen justificará,

⁸ Quanto a este tópico, caberia inclusive perguntar sobre a aproximação que o próprio Alexandre fez com a figura de Aquiles momentos antes de iniciar sua campanha contra os persas, quando realizou sacrifícios em honra do primeiro herói grego a desembarcar e combater na guerra de Tróia (ARRIANO, 1.11). Nesta ocasião, assim como noutras na *anábasis* escrita por Arriano, fica claro o desejo que Alexandre tinha de se afirmar como o novo Aquiles, encarregado com sua individualidade potente, de derrotar o inimigo dos gregos.

⁹ Vale a pena ler a introdução do belo livro de Franco Moretti sobre os romances de formação europeus no século XIX, na qual o crítico italiano comenta que o herói jovem deste gênero de literatura (Wilhelm Meister, Julien Sorel etc.) é a forma simbólica por excelência da modernidade. (MORETTI, Franco. **The way of the world: The Bildungsroman in the European Culture**. London: Verso, 1990).

com sua obra em torno a Alexandre e ao helenismo, a autonomia da pesquisa historiográfica perante o sentido filosófico das épocas históricas?

A Legitimidade da Historiografia

Dentro deste escopo, haveremos de entender, ao menos rudimentarmente, o significado de Alexandre em Droysen. Verificada a sua maneira específica de representação, poderemos compreender o significado da escrita droyseana da história.

O grande problema acerca da interpretação e delimitação acerca do helenismo encontra-se, portanto, na sua caracterização como período de transição. A definição de um período de transição pressupõe, logicamente, a determinação de um elemento de permanência. Ou dito de outra maneira: trata-se de ver o período considerado decisivo como um momento em que o período anterior se reconstrói no futuro sem o qual ele não teria sido possível; como bom historicista (cf. MARTINS 2002, p.10), Droysen não é um conservador a tentar preservar o passado em suas formas aparentes (desinteressado do processo que as originou), tampouco em impor um futuro existente apenas como plano conceitual. Nem a empiria e a experiência concreta haverão de se manter como tábua inquestionável de valores, tampouco o sentido histórico dar-se-á somente por meio de especulações. Será a formalização deste processo que conferirá legitimidade à historiografia, tornando possível, destarte, sua diferença (ainda que não absoluta) em relação à filosofia hegeliana da história.

Droysen tratará em outros momentos de sua obra do problema da transição. Sua própria época é de transição, como se percebe em um texto sobre política européia de 1854, escrito em indisfarçável tom melancólico. Esta melancolia não será mero sentimentalismo; na verdade, a sensação de orfandade vivida no presente, em que "tudo cambaleia, em meio à destruição e à negligência. Tudo que é antigo está consumido, falsificado, apodrecido, sem salvação. E tudo que é novo é amorfo, sem objetivo, caótico e somente destrutivo" (DROYSEN 1933, p.328), serve de base afetiva para a própria idéia de compreensão. Afinal, a busca da "causa das causas" e do "fim dos fins" é justamente o que o método histórico **não** deve fazer: "É aí que finda a força de nossa indução – e de qualquer indução. Afinal, o entendimento do homem capta somente o meio, não o início, não o fim." (DROYSEN 1977, p.30).

Estas duas passagens nos obrigam a repensar a idéia de transição, de modo a considerar que: (a) se é válida a representação do império macedônico como "retroprojeção" do prussiano, seria, portanto, aplicável para o helenismo o diagnóstico de Droysen para a crise da Europa de meados do XIX? Caso não o seja, como compreender as duas visões de crise? (b) sendo o método histórico ele mesmo uma busca de "meios", de algo que não se encontra nem no início,

nem no fim, se lhe são próprias as investigações de tudo que é intermediário e incompleto, somente nos restaria formular a hipótese de que a definição do helenismo como "transição para o cristianismo" não implica a permanência de um incômodo sotaque hegeliano, mas, na verdade, é algo que caracteriza toda delimitação do objeto histórico em Droysen como um evento simultaneamente fugaz e determinante, carne e logos, uma ação situada cujo sentido ultrapassa largamente a sua delimitação espacial e temporal, embora seja impensável sem esta. É o que ele chamava de "**totalidade relativa**" (cf. DROYSEN 1977, p.23). Neste sentido, Droysen entra em rota de colisão com a concepção mais habitual de historicismo, qual seja, a que o entende como uma corrente historiográfica e filosófica meramente comprometida com a reprodução das épocas e dos fatos em si mesmos. A idéia herderiana de que "cada época tem em si o seu centro de felicidade", geralmente analisada fora de contexto, grudou na mente dos historiadores influenciados por uma formação historiográfica excessivamente francófila, demandando um esforço notável de eliminação de uns tantos pressupostos (ou preconceitos) teimosos.

97

Droysen teria escolhido Alexandre não somente pelo que chamamos de "projeção do prussiano" (o que representa, aliás, mais um aspecto contextual do que um ponto de partida), mas porque seu corte está baseado na premissa da evolução pela transição, a partir daqueles que "respondem ao convite" para integrar a produção do pensamento que Droysen considera livre, isto é, distante da dualidade existente nas leis e na impunidade (como no caso dos persas Aquemênidas, situados entre a "ordem" e o "caos"). Tal postura pode ser comprovada já no início de **Alexandre, o Grande**:

Raros são os indivíduos que recebem o privilégio de uma missão superior ao fato de existir ou de uma função mais alta que a suficiente a uma simples vida vegetativa. Todos são chamados; mas a História não confere a imortalidade senão àqueles que se tornam os pioneiros de sua vitória e os artesãos do pensamento; a História lhes permite brilhar, no crepúsculo do devir eterno. (DROYSEN 2005, p.34)

O que Alexandre transforma? Ou, melhor dizendo, que formas novas são criadas a partir de uma situação até pouco tempo crítica? Somente por meio da demonstração da representação de Alexandre feita por Droysen será possível compreender como, de certa forma, ele é de fato uma força juvenil, mas que resgata os potenciais (não as formas aparentes) de uma antiga vida corrompida. Alexandre seria, então, o agente da transformação, capaz de reunir os elementos necessários para a conquista de "todo o território entre o deserto africano e o hindu, para a supremacia da civilização grega sobre a cultura declinante dos povos asiáticos, enfim, para o nascimento do helenismo" (DROYSEN 2005, p.35), mas também capaz de reconstruir a Hélade tão gasta e consumida quanto a Europa de Droysen – neste sentido, não há tanto a projeção do prussiano,

mas antes a **retroprojeção do helênico**.¹⁰ Possivelmente o estudo de Alexandre Magno terá sido decisivo para Droysen ter uma compreensão da crise que viveria quase vinte anos depois, tendo passado pelas revoltas de 1848 e pela instabilidade política do mundo germânico.

Não resta dúvida de que a valorização conferida a esse delicado período da história grega produziu o significado relativamente atual do termo “helenismo”, mesmo que isso tenha sido feito, como nos mostrou Momigliano, com reflexos de anti-semitismo.¹¹

De um lado, vemos a crise grega identificada por Droysen em inúmeras passagens do livro sobre Alexandre. De outro, a consolidação de uma concepção de Europa como lugar da liberdade. Assim, pegamos as duas pontas da história, da qual Alexandre é justamente o meio: de um lado, a crise grega; de outro, a resultante das ações de Alexandre.

A propósito da crise grega, podemos ler:

São maravilhosas as produções da cultura grega na poesia e na arte e em todas as áreas da vida intelectual, mesmo nesse tempo; os nomes de Platão e de Aristóteles bastam para testemunhar que ordem de criações esta época acrescentou à anterior.

Mas as condições públicas e privadas do mundo grego padeciam de doenças graves; estavam sem esperanças, quando continuaram a se mover em um círculo vicioso.

Não é simplesmente porque se romperam as antigas ordens da fé e dos costumes, da vida familiar e das instituições sociais e políticas (...) A situação era tanto pior porque esta cultura grega extremamente bem formada sempre se punha em um curso, na tentativa de realizar o ideal de Estado, que somente aumentava as feridas que deveriam ser curadas. (DROYSEN 1998, p.21-22)

98

A lógica é interessante, e bastante parecida com a da crise européia, que Droysen fará anos mais tarde: um passado corrompido que se compromete ainda mais na tentativa de recuperá-lo por meio da concretização de um ideal. Se a Grécia pode ser preservada – por mais que a filosofia, a poesia e as artes se mantenham incólumes – não haverá de ser pela tentativa de recuperá-la. Ela haverá de fazê-lo de outra maneira. E esta maneira é Alexandre.

Ilustremos: a partir da Guerra do Peloponeso (431-404 a.C.), evento que desestruturou a organização política clássica ao produzir novos modos de se fazer a guerra, em sua maioria produtos de alterações sociais profundas e contrários à decisão pelo choque de hoplitas em campo de batalha, os gregos

¹⁰ Trata-se de mais um elemento que auxilia a comprovar a hipótese de que o estudo da cultura grega pelos alemães, mesmo pelos historiadores, é feita sob a égide de uma exemplaridade (e não de uma pura diferença), ainda que não a exemplaridade ciceroniana. Se há alguma forma de mimesis, esta seria a do processo que se resgata, a do impulso criativo, e não das resultantes dos mesmos. Mais uma vez, somos gratos pela sugestão de Estevão de Rezende Martins a propósito do conceito de “retroprojeção”.

¹¹ Referindo-se à negação do papel desempenhado pelo judaísmo na constituição do cristianismo, em especial ao chamar a atenção para as raízes helênicas do pensamento religioso ocidental.

tiveram de fato de lidar com a intervenção contínua dos persas e com a crescente participação macedônica nos assuntos políadas. Não é sem explicação que Demóstenes, o orador ateniense, concentrou seus esforços em denunciar o perigo que representava o monarca Filipe II (pai de Alexandre) e em inflamar o bom e velho sentimento do dever cívico, seja contra os macedônios ou contra o conhecido inimigo persa, submetido à vontade de um rei sempre representado pelos gregos como déspota cruel e impetuoso (SIDEBOTTOM 2004). É justamente nesse contexto de instabilidade política que Filipe II conseguiu firmar sua autoridade na Hélade, fazendo uso tanto de estratégias políticas (fortalecimento do reino por meio do estabelecimento de alianças) como do exército integrado que elaborou a partir do conhecimento tático disponível no mundo grego pelo menos desde a batalha de Leuctra (371 a.C.).¹²

Os gregos estavam, a partir de Filipe, condenados à incorporação ao império persa ou à assimilação do discurso de libertação proferido pelos macedônios. De uma forma ou de outra, a autonomia das *póleis* não sobreviveria intacta, sem nenhuma ranhura drástica advinda da imposição de um sistema monárquico.¹³ Diante desse contexto de instabilidade, quando o serviço mercenário acabou por tornar-se elemento chave para o nascimento da tradição militar helenística, o mundo das *póleis* autônomas transformou-se em cenário de recrutamento do contingente dos macedônios (sob o comando de Alexandre) contra os persas.

99

Tendo conhecimento disso e assimilando a legitimidade da prática macedônica de enviar armaduras e outros artefatos do inimigo aos gregos, como símbolo de uma vitória conjunta, Droysen enxergou em Alexandre a expressão e a continuidade de uma harmonia espiritual européia que os asiáticos desconheciam, no que respeita a sua suposta lentidão e pobreza com relação ao desenvolvimento desse aspecto essencial à construção da civilização. (DROYSEN 2005, p.36) Assim, Alexandre seria, segundo Droysen, o representante dos "povos da liberdade" contra o mundo oriental em decadência, isto é, deslocado da realidade européia harmônica até então mal compreendida pelos homens.

Resta-nos, portanto, entender qual a diferença entre "a retroprojeção do helênico", vivida na acepção modelar de crise vista por Droysen no mundo grego redimido por Alexandre, e a concepção hegeliana de Alexandre como expressão da bela individualidade jovem. Terá Droysen apenas ilustrado um modelo, ou confirmado um princípio por meio de exaustiva pesquisa?

¹² Para este assunto, ver o artigo Mercenarismo grego e tradição militar helenística: uma análise das questões bélicas no mediterrâneo do século III A.C., de Henrique Modanez de Sant'Anna.

¹³ Talvez o melhor exemplo de resistência a essa submissão política, expressa tanto em tempos de paz quanto em tempos de guerra, seja a negação dos espartanos para integrar os exércitos de Alexandre, mesmo após a destruição de Tebas.

Nossa proposta consiste em perceber que, em Droysen, articulam-se duas grandes referências. E são estas duas referências que costuram a idéia de objeto histórico como **totalidade relativa**. Afinal, não há como negar a importância de um elemento teleológico (de matriz cristã) em seu argumento; por outro lado, a vida grega é fundamental, no sentido de que sua experiência concreta torna-se, sim, um modelo abstrato de experiência e superação de crises e transições. É um aparente paradoxo a ser investigado com mais calma, pois a habitual cisão entre uma visão cíclica e uma visão linear da história não parece explicar tal caso. Alexandre é tanto um personagem cujos contornos reaparecem, bem como é um personagem historicamente situado e decisivo para o surgimento de algo posterior. **É autônomo (como forma de superação de crise), porém limitado (pois antecipa o cristianismo)**. É uma angústia do trabalho do historiador: de um lado, a necessidade de um corte temático, que, por ser cada dia mais especializado, pode se tornar desinteressante e mera curiosidade para a própria comunidade dos historiadores, de modo que, se uma expressão particular da vida histórica não refletir ou emanar algo com um potencial universal, haverá, para dizer o mínimo, de perder força comunicativa e peso simbólico.

Bibliografia

- ARRIAN. **Anabasis of Alexander** (I-IV). Tradução de P. A. Brunt. London, Cambridge: Harvard University Press, 1999.
- AUSTIN, M. M. Hellenistic Kings, War and the Economy. **The Classical Quarterly**. Cambridge, v.36, n.2, p. 450-466, 1986.
- BLIX, Göran. Charting the "Transitional period": The Emergence of modern time in the nineteenth century. **History and Theory**, Malden; Oxford; Victoria, v.45, n.1, p.51-71, 2006.
- BRIZZI, Giovanni. **Il Guerriero, L'oplita, il Legionario**. Bolonha: Società editrice il Mulino, 2002.
- CALDAS, Pedro Spinola Pereira. Os fundamentos clássicos da concepção de história de Johann Gustav Droysen: esboço de uma investigação. **Liber Intellectus**. Goiânia, v.1, n.1, p. 1-19, 2007.
- CANFORA, Luciano. Analogie et Histoire. **History and Theory**. Middletown, v.22, n.1, p. 22-42, 1983.
- DROYSEN, Johann Gustav. **Kleine Schriften zur alten Geschichte**: Band II Leipzig: Veit & Comp., 1894.
- _____. Zur Charakteristik der europäischen Krisis. (1854) In: **Politische Schriften**. Org. por Felix Gilbert. München; Berlin: R. Oldenbourg, 1933.
- _____. **Historik**. Org. Peter Leyh. Stuttgart; Bad Canstatt: Frommann-Holzboog, 1977
- _____. **Geschichte des Hellenismus**. Band 1: Geschichte Alexanders des

Grossen. Darmstadt: Primus, 1998.

_____. **Alexandre le Grand**. Paris: Complexe, 2005.

HEGEL, Georg. **Vorlesungen über die Philosophie der Geschichte**. Werke Band 12. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1999.

KNIPFING, John R. German Historians and Macedonian Imperialism. **The American Historical Review**. Bloomington, v.26, n.4, p. 657-671, 1921.

MARTINEZ LACY, Ricardo. **Historiadores e Historiografia de la antigüedad clásica**. México, D.F: FCE, 2004.

MARTINS, Estevão de Rezende. Historicismo: Tese, legado, fragilidade. **História revista**: Revista do Departamento de História e do Programa de Mestrado em História da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, Vol.7, n.1/2, 2002.

MOMIGLIANO, Arnaldo. J. G. Droysen between Greeks and Jews. **History and Theory**. Middletown, V.9, n.2, p. 139-153, 1970.

MOSSÉ, Claude. **Alexandre, o Grande**. Rio de Janeiro: Estação Liberdade, 2004.

NIPPEL, Wilfried. **Johann Gustav Droysen**: Ein Leben zwischen Wissenschaft und Politik. München: Beck, 2008.

SANT'ANNA, Henrique Modanez de. Mercenarismo grego e tradição militar helenística: uma análise das questões bélicas no mediterrâneo do século III A.C. **Ágora**. Aveiro, v. 10, p. 25-43, 2008.

SIDEBOTTOM, Harry. **Ancient warfare**. London: Oxford, 2004.